



INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

OCCASIONAL PAPERS N.º1

Reféns do Conflito

Ana Santos Pinto, IPRI-UNL

Estamos perante um cenário de guerra no Médio Oriente. Contudo este cenário já pouco tem a ver com o conflito israelo-palestiniano. Israel está agora envolvido numa guerra em duas frentes: a norte com o Hizbullah no Líbano, a sul com o Hamas na Faixa de Gaza. Este triângulo complica-se com a entrada de outros actores regionais. Há muito que é conhecido o apoio da Síria ao Hamas, tornado explícito com a realização de uma conferência de imprensa de um dos líderes do movimento, Khaled Maashal, em Damasco, no início de Julho. O Irão é um tradicional apoiante do Hizbullah, sediado no sul do Líbano, grupo que ajudou a fundar em 1982 com o objectivo de exportar a revolução islâmica, e que continua a apoiar financeiramente, com armas e treino de operacionais. Para complicar a equação não podemos esquecer o Iraque – cujo clima de violência é em muito influenciado pelos interesses dos regimes sírio e iraniano em impedir a estabilização do país – e o Líbano, de onde a Síria retirou as suas forças militares em 2005, mas onde continua a manter uma forte influência ao nível das elites dirigentes, e onde o Hizbullah se constituiu como ‘um estado dentro do estado’, face ao vazio criado pela retirada síria e perante a passividade internacional.

O rapto de soldados israelitas, no final de Junho por um grupo de radicais palestinianos, e mais recentemente, pelo Hizbullah, veio despoletar uma crise regional. A fragilidade das relações israelo-palestinianas – postas em causa pela eleição do governo do Hamas mas animadas por um encontro informal entre o primeiro-ministro israelita, Ehud Olmert e o presidente da Autoridade Palestiniana, Mahmoud Abbas – é agora severamente abalada pelo contexto regional.

A coordenação de ações entre os radicais do Hamas e do Hizbullah, demonstrada pelos últimos acontecimentos, poderá indicar uma semelhante coordenação dos patronos destes movimentos: a Síria e o Irão. Ambos têm interesses comuns: afirmar as suas posições e impedir reformas democráticas na região; lutar contra a presença ocidental, em particular americana, no Médio Oriente; pressionar Israel; e distrair as atenções da comunidade internacional, nomeadamente da influência síria no Líbano e, sobretudo neste momento, da questão nuclear iraniana. A resposta israelita não se fez tardar. Primeiro com uma intervenção militar de larga escala em Gaza, a primeira desde a histórica retirada do território no Verão de 2005. Depois com o bombardeamento repetido do aeroporto de Beirut e outras infra-estruturas, o bloqueio marítimo dos portos libaneses, e o corte de vias de comunicação entre o Líbano e a Síria.

Internamente, a Autoridade Palestiniana defronta-se com a fragilidade política do Presidente Mahmoud Abbas e a divisão no seio do Hamas, entre a facção responsável pelo governo, liderada por Ismail Hanyeh, e o grupo mais radical chefiado por Khaled Maashal. Mahmoud Abbas, o único aceite pelo governo israelita para desenvolver negociações face a uma resolução pacífica do conflito, tem procurado gerir uma série de disputas com o governo da Autoridade Palestiniana, nomeadamente face ao reconhecimento de Israel, condição imposta pelo Quarteto – Estados Unidos, União Europeia, Rússia e Nações Unidas – para reactivar os mecanismos de ajuda financeira à estrutura institucional palestina. O governo da Autoridade Palestiniana depara-se com o dilema de reconhecer a existência de Israel, e assim perder o princípio ideológico que esteve na base da criação do Hamas, ou não ter capacidade financeira para continuar à frente da gestão da Autoridade Palestiniana. No final de Junho de 2006, o acordo alcançado entre Mahmoud Abbas e o governo de Ismail Hanyeh face à assinatura da ‘Declaração dos Prisioneiros’ – um documento que enunciava os princípios das negociações relativas ao processo de paz – foi posto em causa pelo rapto do soldado israelita por um grupo de radicais palestinos e pela consequente intervenção israelita em Gaza.

Em Israel, o governo de Ehud Olmert, o primeiro depois do desaparecimento político de Ariel Sharon, procurava afirmar-se internamente perante uma sociedade cuja preocupação prioritária é a garantia da segurança dos seus cidadãos. Para além da ameaça do programa nuclear iraniano e do governo palestino liderado pelo Hamas, os israelitas deparavam-se, desde o início de 2006, com o lançamento de centenas de mísseis Kassam a partir de Gaza, provocando o alarme nas populações fronteiriças, mesmo sem causar mais do que danos materiais. O número dois da coligação governamental israelita, Amir Peretz (líder do Partido Trabalhista), foi nomeado ministro da Defesa, mas sobre ele pairava a ameaça da incapacidade de cumprir as suas funções por falta de preparação militar.

Perante este cenário de escalada, o conflito entre Israel e a Autoridade Palestiniana fica ligado à crise iraniana, à insurgência iraquiana e à questão libanesa e torna-se um conflito regional, que pode provocar uma guerra no Médio Oriente

A escalada tem revelado a profundidade das divisões entre as principais potências, incluindo os membros do Quarteto. Os Estados Unidos responsabilizam o Hizbullah, a Síria e o Irão pelo crescendo de violência na região e recusam-se a pedir o fim da ofensiva de Israel. A União

Europeia, a Rússia e o Secretário-Geral das Nações Unidas consideram a resposta israelita desproporcionada.

Os riscos de guerra são reais. Por um lado, embora Israel ainda não tenha confrontado directamente a Síria, não pode recuar perante a tomada de reféns. Por outro lado, mesmo não sendo certo que o Irão e a Síria queiram prolongar a escalada, as organizações terroristas do Hamas e do Hizbullah têm uma autonomia substancial e podem ir longe demais.

14 de Julho de 2006